



Grupo Temático 2

***Orçamento, Dívida e
Previdência: impactos e
desafios fiscais da crise***

1 de setembro de 2020

*Participaram da reunião os conselheiros **Murilo Portugal** e **Everardo Maciel**. O evento foi coordenado para Secretaria de Macroavaliação Governamental.*

O cenário atual mostra a queda do PIB e das receitas públicas e enorme aumento das despesas. Dívida bruta equivalerá a entre 95% e 100% do PIB. Endividamento por 10 anos para financiar despesas correntes, e não investimentos. Encurtamento do prazo de vencimento dos títulos públicos. Teto de gastos sendo comprimido pelas despesas obrigatórias, em especial as previdenciárias, que crescem acima da inflação. Uma década de *déficit* primário. As demandas por mais despesas esbarram em restrições legais (teto de gastos) e econômicas (limitações para o financiamento crescente via dívida pública).

Os dois desafios que se apresentam:

- O da União: Como combinar a sustentabilidade fiscal com as demandas crescentes e legítimas por aumento de investimentos e elevação das despesas com as políticas sociais necessárias, assegurando estabilidade da moeda e crescimento econômico sustentável;
- O dos Estados: Como contribuir para aprimorar a governança fiscal da Federação, de forma que a União e os entes federados possam retomar uma trajetória de equilíbrio duradouro das finanças públicas, combinando a eficiência tributária em todos os entes com o controle efetivo das despesas.

O setor público gasta demais com despesas primárias.

A solução mais comum tem sido gastar mais, mas isso não tem aumentado a qualidade e quantidade dos serviços públicos. Não é uma boa solução porque o gasto adicional requer financiamento. Devemos focar em bens e serviços públicos, que cabem ao Estado, e também nos bens e serviços meritórios.

Aumentar a eficiência dos gastos e a produtividade. Há desequilíbrio de nossos gastos assistenciais e previdenciários comparados ao resto do mundo, isso requer progresso. Devemos sanear fraudes e deficiências.

O TCU deve analisar o efetivo desempenho dos programas governamentais, indo além de um controle apenas orçamentário e financeiro. Avaliar resultados, se o que foi proposto está acontecendo e, caso contrário, identificar motivos e apontar mudanças necessárias.

Necessitamos de uma política tributária não-hostil (sem impactos tributários severos sobre setores e contribuintes), em função desse cenário de uma crise jamais vista. Ingredientes seriam: **Flexibilidade** (moratória com liquidação em função da receita dos contribuintes alcançados); **Criatividade** e **Cooperação**.

O maior problema tributário é o processo tributário, que confere insegurança jurídica e inibe investimentos. Estamos devendo ao País uma reforma do processo tributário desde os anos 50, não temos normas gerais tributárias. As tentativas foram frustradas, e as reformas necessárias são simples.

O TCU tem investido na adoção de padrões internacionais de auditoria de contas públicas, com bons resultados e estabelecimento de confiança. A informalidade é um fator que agrava o funcionamento da economia e, também, a focalização dos programas de transferência de renda. E os programas hoje praticamente superam em montante toda a arrecadação de IRPF.

Há trilhões de dólares de investimentos em jogo. Só virão para o Brasil se aqui dispuserem de estabilidade jurídica, fiscal, econômica e cambial. O ativismo judicial é um problema que impacta a segurança jurídica, sob o qual magistrados julgam de acordo com suas convicções em vez de julgarem celeremente e de acordo com a lei.

Da mesma forma é necessária a integração dos processos administrativo e judicial, bem como a elaboração de uma lei de contabilidade pública e um código de processo tributário.